

# **Trabalhadores da indústria gráfica no Brasil: representação sindical em tempos de reestruturação**

GT18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Cristiane Muniz Thiago

## **Resumo**

Este artigo tem como objeto de estudo a mudança de perfil dos trabalhadores da indústria gráfica no Brasil nas últimas décadas e a forma como esse processo afetou a representação sindical desta categoria. Ao tratar dos militantes gráficos através de suas trajetórias de vida e de sua entidade de classe, o trabalho contribui para a ampliação do conhecimento da história dos trabalhadores, considerando a experiência no âmbito do trabalho e do sindicato e o processo de “reestruturação produtiva” no setor. A partir da análise da bibliografia sobre reestruturação produtiva no Brasil, do material produzido pelas entidades de classe dos gráficos, dos acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho e de entrevistas, construiremos nossa análise.

**Palavras-chave:** Trabalhadores gráficos; mudanças no processo de trabalho; representação sindical.

## **1. Introdução**

Este artigo tem como objeto de estudo a mudança de perfil dos trabalhadores da indústria gráfica no Brasil nas últimas décadas e a forma como esse processo afetou a representação sindical desta categoria. Observa-se uma progressiva perda de postos de trabalho e a extinção de algumas atividades entre os trabalhadores gráficos, ao mesmo tempo em que aumenta o nível de escolaridade entre esses profissionais. A introdução da informática e o desenvolvimento de “gráficas rápidas”, que trabalham com computadores domésticos, nos anos 1990 consolidou a mudança por que passava o setor desde os anos 1960.

O trabalho foi desenvolvido a partir da análise da bibliografia sobre reestruturação produtiva no Brasil, do material produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (STIGRJ) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica (CONATIG), dos jornais da categoria, dos acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho e de entrevistas.

Analisar as mudanças no perfil de produção da indústria nacional em face da conjuntura da chamada reestruturação das atividades produtivas é um dos caminhos para entendermos como esse processo afetou a mão-de-obra industrial e suas associações de classe. Com um olhar para uma categoria particular, os trabalhadores gráficos, pretendemos desenvolver essas questões. O reflexo dessas mudanças sobre a vida política-organizativa dos trabalhadores tem sido quase imediato. No caso do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro, um espaço antes referido como a vanguarda do movimento operário carioca se torna mais uma entre as diversas entidades de classe com dificuldades para se manter ativa frente aos novos desafios do século XXI.

No caso dos gráficos, entre os desafios encontrados pelo sindicato temos a pressão pelo enquadramento sindical diferenciado por conta das novas divisões na categoria, criadas a partir da implantação de inovações tecnológicas no processo produtivo. Outra questão discutida pela categoria e a crescente utilização da mão-de-obra terceirizada. Atualmente, os trabalhadores gráficos estão divididos em três grandes áreas: pré-impressão, impressão e acabamento. O comum entre esses setores é a exposição a materiais tóxicos, ruído intenso e altas temperaturas. Essa realidade de trabalho

contraria uma visão de parte da historiografia que haveria uma evolução das relações de trabalho advindas das novas tecnologias e formas de gestão empresarial. Além disso, a perspectiva de gênero ganha uma particular relevância num setor antes caracterizado como predominante masculino e que passa a ser ocupado por mulheres.

## 2. Mudanças no mundo do trabalho

As transformações que atingiram a indústria brasileira, no que convencionamos chamar de reestruturação produtiva<sup>1</sup>, interferiram no processo produtivo através de transformações tecnológicas, mas também contemplaram uma mudança organizacional nas empresas. Entram em pauta temas como o controle de qualidade e as novas formas de gerir os trabalhadores. No entanto, para refletirmos sobre como esse processo afetou as relações de trabalho no Brasil, adotamos um importante pressuposto:

Afirmar que as/os trabalhadoras/es são parte constitutiva deste processo de mudanças, e não apenas sofrem as suas consequências, significa dizer que o movimento da reestruturação não é um movimento do capital, pensado como entidade abstrata, mas é o resultado de ações de capitalistas, gerentes, governos, partidos, intelectuais, mas também de trabalhadores e trabalhadoras e de suas entidades representativas tanto no plano nacional quanto no plano global.

Quero dizer com isto que trabalhadores e trabalhadoras, com toda a sua heterogeneidade, devem ser vistos como atores cujas escolhas e ações, sejam elas de conformismo, negociação ou resistência, influenciam na forma como a reestruturação produtiva se desenvolveu e ainda se desenvolve. (ARAÚJO, 2004, p.4).

Para além de uma dinâmica própria de mudanças nos planos da organização das empresas e da gestão do trabalho a análise da Reestruturação Produtiva no Brasil também deve levar em conta uma junção de fatores econômicos e políticos vigentes na sociedade de então:

Na realidade, não só a crise econômica que se abre a partir da década [1980], mas também o ressurgimento do movimento operário e sindical e o processo de abertura política que se inicia então colocam em xeque seus pressupostos, numa conjuntura em que cada um desses fatores alimenta todos os outros ao mesmo tempo que é alimentado pelos demais. (LEITE, 2003, p. 69)

Isto indica, portanto, que alguns fatores impuseram limites a esse processo no país. Podemos considerar a resistência da adoção de um sistema de gestão da mão-de-obra mais democrático e as altas taxas de rotatividade na indústria como um desses fatores que impediu a realização de um projeto de reestruturação ampla no país. Outro limite do projeto brasileiro é o alto grau de defasagem no tocante a tecnologias e equipamentos se comparado a outros países (LEITE, 2003).

Retratando a cadeia produtiva automobilística, LEITE (2003) chama atenção para a tendência de valorização do trabalho não ser um padrão encontrado ao longo da cadeia produtiva. No Brasil, ao passo que uma ponta da cadeia produtiva se incorpora a esse perfil de mão-de-obra qualificada, trabalho mais democrático, o trabalho precário estaria predominado na outra ponta. Para a autora, tais diferenças estão relacionadas a vários fatores, dentre os quais dois devem ser destacados:

(I) o tipo de produto e processo dominante na empresa fornecedora e (II) a importância do produto fornecido para a montadora na conformação de seu produto

final e a relação que, a partir daí, a montadora estabelecia com o fornecedor. (LEITE, 2003, p.126)

O objetivo de transferir etapas do processo produtivo a terceiras, apesar da preocupação com a qualidade, objetiva a diminuição dos custos de produção. Esse fator seria o responsável pela precariedade da mão-de-obra em algumas etapas da cadeia produtiva da indústria automobilística.

Em meio às mudanças no mundo do trabalho, a discussão da implantação do modelo Japonês também ganha destaque no Brasil. Entretanto, as estratégias de gestão e do uso de novas tecnologias associadas a esse processo ganham características nacionais. Entre os anos 1970 e 80, esse processo seria marcado pela implantação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). DRUCK (2001) ressalta que tal estratégia não teria tido sucesso no Brasil por resistência dos trabalhadores e principalmente das empresas.

Um dos componentes do modelo japonês que a autora aponta como central no Brasil é a forma com se estruturam as relações inter-firmas: as redes de subcontratação ou terceirização.

Cria-se uma divisão entre eles [os trabalhadores], os de primeira e os de segunda categoria, impossibilitando uma convivência social e mesmo de identidade de classe entre os operários, desestruturando os coletivos de trabalho e excluindo a maioria deles dos “privilégios” que o emprego estável oferece. São os “excluídos” no mundo do trabalho. (DRUCK, 2001, p. 126)

Um dos ramos da produção industrial que fez uso extensivo da mão-de-obra terceirizada é a indústria automobilística. Como vimos anteriormente nessa indústria algumas transformações da reestruturação não se estendem a todas as empresas terceirizadas criando uma diferença nas condições de trabalho, remuneração e da qualificação exigida aos trabalhadores.

Cardoso (2000) problematiza a trajetória de trabalhadores dispensados pela da indústria automobilística (montadoras e fábricas de autopeças), que entre 1989 e 1997, em algum momento, tiveram emprego neste ramo. A partir do levantamento de dados sobre a indústria automobilística, o autor aponta as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores num conjunto de empresas onde o avanço tecnológico e as mudanças na gestão dos funcionários atinge a maior parte dos envolvidos, seria o que ele considera uma reestruturação sistêmica.

Outro exemplo de setor que passou por grandes transformações nos últimos anos, e que também foi problematizado pela perspectiva das trajetórias ocupacionais, é o da indústria químico-petroquímica. Segundo Nadya Guimarães (2004), esse setor experimentou uma reestruturação patrimonial, tecnológica e organizacional. Essas mudanças se concentraram num espaço de cinco anos, primeira metade dos anos 90. Ao estudar a mobilidade dos empregos formais entre 1989 e 1997, entre os trabalhadores desligados da indústria brasileira no ano de 1989, a autora analisa as chances de retorno ao trabalho na indústria químico-petroquímico ou a algum outro emprego formal, de acordo com o mercado regional.

O mesmo estudo também observa como o perfil do trabalhador demitido interfere nas suas chances de reinserção. O estudo das trajetórias ocupacionais dos indivíduos é, segundo a autora, importante para entendermos as transformações no mercado de trabalho. Os diversos fatores que podem influenciar na trajetória dos indivíduos após uma demissão variam desde os atributos individuais (como grau de instrução e idade) aos relacionados ao vínculo empregatício anterior (tempo no emprego e tamanho do estabelecimento).

De que forma essas mudanças no mundo do trabalho alteram ou mantêm a divisão sexual do trabalho? Podemos começar a pensar nessas relações a partir de uma afirmação de Helena Hirata: “A divisão sexual do trabalho é sempre indissociada das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas e antagônicas”. (HIRATA, 2002, p.281).

Durante a conjuntura de reestruturação da década de 1990, pode-se observar uma diminuição no acesso da mulher à indústria, setor que se mantém majoritariamente masculino. No mesmo período, nota-se uma inserção do homem nas atividades antes reservadas às mulheres, ainda que também se observe nestas o aumento da taxa de atividade feminina. Essas características vêm fazendo com que a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, conforme os casos analisados anteriormente sejam em princípio maior para o homem do que para a mulher.

Segundo Helena Hirata (2002), a introdução de mudanças tecnológicas pode gerar uma mudança de perfil dos trabalhadores no tocante ao gênero.

A evolução desse ramo [siderurgia] traz uma confirmação sobre a natureza ideológica e parcial das afirmações patronais segundo as quais as mulheres não podem ser empregadas em determinados ramos por causa dos trabalhos pesados, perigosos, sujos e insalubres, mas que poderiam neles ser empregadas para trabalhos leves e limpos. (HIRATA, 2002, p.204).

A autora cita o exemplo das indústrias siderúrgicas, de cimento, petroquímica e de vidro, para afirmar que automação tornou a tarefa do operador mais complexa, mas sem maior esforço físico, e nem por isso as mulheres passaram a ser mais empregadas nesses postos de trabalho.

Os ramos como a siderurgia, a petroquímica, o vidro ou o cimento mostram bem que o critério de trabalho leve não pode explicar a divisão sexual própria dessas indústrias; é preciso buscar seus fundamentos na “apropriação masculina da tecnologia” [...]. No entanto, parece-nos essencial relacionar essas explicações associadas ao poder masculino e aquelas ligadas à qualificação. (HIRATA, 2002, p.205)

A autora conclui que nas indústrias de processo contínuo as novas tecnologias não alteraram a divisão sexual do trabalho, sendo as empresas “fábricas de homens”. Em indústrias como a automobilística, as mulheres ganham espaço, mas “com condições de trabalho e remuneração muito diferentes para homens e mulheres: remuneração inferior, controle hierárquico e intensidade de trabalho muito maiores parecem reservadas às mulheres”. (HIRATA, 2002, p.207).

### 3. Um estudo de caso

Em meio ao processo de reestruturação produtiva, diversos ramos do setor industrial foram atingidos, resguardadas as especificidades de cada um. Como esse processo se deu no caso da indústria gráfica? E quais foram os impactos dessas transformações para os trabalhadores gráficos e sua organização político-sindical?

No Rio de Janeiro, a mobilização da categoria gráfica remete ao século XIX e à criação da Associação Tipográfica Fluminense em 1853. A estes trabalhadores foi atribuída uma maior “consciência de classe” e uma superioridade intelectual em relação a outros operários.<sup>2</sup> A justificativa para representar tal vanguarda estaria relacionada à necessidade de leitura e escrita entre os gráficos para bom exercício da profissão.

Na segunda metade do século XX, a indústria gráfica sofre um grande impacto com as transformações no processo de produção, a crescente introdução de novas tecnologias e o aperfeiçoamento de antigos processos.<sup>3</sup> A partir da década de 1980, a informatização foi em muito intensificada, atingindo os processos da pré à pós-impressão. Atualmente, todas as etapas do processo de produção gráfica podem ser quase que totalmente computadorizadas.

As inovações tecnológicas inseridas nas empresas do setor determinaram um novo tipo de qualificação para os operários, bem com uma nova divisão do trabalho. O processo de composição, por exemplo, é alterado com a substituição da composição a quente pela composição a frio.<sup>4</sup> A fotocomposição é o principal processo a frio utilizado a partir de 1960. Já na década de 1980, o *laser* e a informatização das várias etapas do processo iniciam outra era da indústria gráfica.<sup>5</sup>

A nova divisão do trabalho que inclui a separação entre gráfica e redação, no caso dos jornais, além da perda do domínio do processo de trabalho por parte dos gráficos, afetou essa categoria e a construção de sua autoimagem. Um sindicato combativo no início do século XX chega ao final desse mesmo século com sua representatividade seriamente abalada.

Na segunda metade do século XX, já se podia afirmar um novo estágio da produção gráfica no país. “Na década de 70, o país mergulhava na moderna industrialização, graças à velocidade de produção dos novos equipamentos. A produção de impressos no Brasil finalmente atingiu o status de “indústria”, em oposição ao de “arte”. (CAMARGO, 2003, p.129)

A substituição do processo de composição por linotipo pela fotocomposição significou o abandono de resquícios do trabalho artesanal gráfico, historicamente associado a uma “arte” e a uma camada operária mais privilegiada. Esta transformação marca o início da reestruturação produtiva no setor, que foi intensamente atingido pelo processo. Tal reestruturação significou a mudança profunda do modelo produtivo por volta dos anos 80, caracterizada pela desqualificação e enfraquecimento de categorias inteiras de trabalhadores. (ESPERANÇA, 2007, p. 71)

No entanto, durante muitos anos, o setor gráfico conviverá com práticas artesanais e tecnologia inovadora ao mesmo tempo, isso serve para a produção e gestão do trabalho. Porém, para a análise da indústria gráfica, temos que ter algumas precauções ao falarmos de reestruturação produtiva. Talvez considerarmos a incorporação de uma variada gama de mudanças tecnológicas seja o mais sensato. As transformações no setor não foram produto de uma nova concepção organizacional, nem tampouco o atingiram de forma sistêmica como no caso da indústria automobilista. Assim como Adalberto Cardoso podemos chamar atenção para a não generalização dos efeitos da reestruturação produtiva.

Para a maioria dos setores produtivos nacionais, sabe-se que a reestruturação não é sistêmica. Um operário demitido em uma empresa que se reestruturou tem a possibilidade de encontrar emprego compatível com sua qualificação em outras empresas do setor, empresas ainda atrasadas no processo de reestruturação. Segundo essa hipótese, então, na conjuntura, permaneceria aberta a possibilidade do exercício de identidades e qualificações por parte de alguns desses trabalhadores. Entretanto, à medida que o setor homogeneiza formas produtivas, aquele exercício torna-se cada vez mais difícil. (CARDOSO, 2000, p.21).

No entanto, as transformações no setor, mesmo com sua amplitude limitada, afetaram muito a organização dos trabalhadores. Questões como o enquadramento sindical passaram a ser discutidas pela categoria. O sindicato reivindica que os critérios para fins de enquadramento sindical devem ser buscados no Art. 577 da CLT, e nas Classificações Brasileiras de Ocupações (CBO -94e CBO-02). Entre as atividades que eles reivindicam a permanência na categoria gráfica está a “Digitação de Matéria Redacional (quando não executada por jornalistas profissionais)”.<sup>6</sup>

Clarice Esperança, ao estudar uma greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre) entre os anos de 1983 e 1984, narra as preocupações de um jornalista da empresa com o enquadramento sindical dos digitadores.

Conforme o jornalista Rubens Weyne, então diagramador do *Correio do Povo* e membro da direção do sindicato dos jornalistas, a transformação tecnológica trouxe consigo uma disputa sobre se os digitadores seriam considerados gráficos ou funcionários administrativos. Nos termos da mobilização para a greve, a definição desta filiação era extremamente importante, já que o Sindicato dos Empregados da Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas era dirigido pelo então chefe do Departamento de Circulação da Caldas Júnior, Cláudio Gajko. Era a entidade “mais pelega que tinha”, conforme Weyne. (ESPERANÇA, 2007, p. 106).

Esse caso particular fornece a ideia da importância que esse tipo de divisão pode trazer para a organização sindical. Em documento publicado na comemoração do dia nacional do gráfico, 07 de setembro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica (CONATIG) relata as dificuldades enfrentadas pela categoria nos últimos anos.

Temos muito ainda que enfrentar, pois nos dias de hoje se utilizam de várias formas de combater a representação dos trabalhadores onde as mesmas são constantemente ameaçadas por meio dos processos que tramitam em nossos Poderes Legislativos com Leis que tentam flexibilizar nossos direitos, pelos Processos de Terceirizações, Quarteirizações e sabe-se lá Quinteirizações em Cooperativas de Trabalho, pelo uso indevido dos Contratos de Mão-de-obra Temporária que divide os trabalhadores e transferem para outras categorias a nossa representação sempre com os mesmos objetivos de tirar ou diminuir os nossos direitos.

Se já não bastassem estes e outros mecanismos que nos debilitam na defesa e nos interesses dos trabalhadores, estão propondo alterações nos âmbitos Sindical e Trabalhista para dificultar ainda mais a nossa representação na defesa do pleno emprego na luta contra a rotatividade de mão-de-obra, do banco de horas, entre outros projetos que enfraquecem os Sindicatos na defesa e nos interesses dos trabalhadores. Vivemos momentos de grande transição tecnológica e muitas empresas a pretexto de enfrentar o processo de competitividade buscam descaracterizar a nossa representação por meio de Enquadramento Sindical diferenciado dos gráficos e dessa forma buscam retirar e reduzir nossos direitos.<sup>7</sup>

Com relação ao mesmo processo, a Associação Nacional da Indústria Gráfica, considerando estatísticas publicadas pela Rais/ Ministério do Trabalho e Emprego de 2006, por sua vez, afirma:

[...] houve uma melhoria no nível de qualificação da mão-de-obra no setor, já que em 1996 a parcela preponderante dos funcionários tinha nível de formação em 8ª série completa e em 2004 passa a assumir a característica de nível de qualificação em 2º grau completo. No mesmo período houve também aumento da participação da mão-de-obra nos níveis superior incompleto e superior completo e diminuição da participação de profissionais nas demais faixas de menor grau de escolaridade. [...] Entretanto, infelizmente, o aumento da escolaridade dos profissionais do setor gráfico brasileiro não se refletiu em melhoria nos níveis de remuneração. [...] de 1996 a 2004, houve uma redução da participação de todas as faixas de profissionais que ganham

mais de 3 salários mínimos e uma substituição desses por profissionais com remuneração de 1 a 3 salários mínimos.<sup>8</sup>

O relatório conclui a análise dos dados da seguinte forma:

No período dos oito anos analisados houve um forte aumento da alocação da mão-de-obra do setor dedicada aos segmentos de outros produtos gráficos como cadernos, impressos fiscais e impressão de produtos promocionais. Houve crescimento do setor gráfico nos Estados da Região Sul e melhoria na qualificação da mão-de-obra, porém os salários foram achatados. É importante observar, entretanto, que esse achatamento de salários não é fato isolado da indústria gráfica brasileira. Ele tem ocorrido em outros setores e é um efeito do processo de globalização.<sup>9</sup>

O aumento da qualificação dos trabalhadores e a redução dos salários são explicados de forma simples, como efeitos da globalização que não atingem apenas o setor gráfico. Essa mudança é tida como parte de um processo já dado, a globalização, e nada pode ser feito para reverter esse processo, basta uma constatação.

Nos estudos publicados pela ABIGRAF sobre o perfil da mão-de-obra no setor nos últimos anos, não encontramos nenhuma referência à questão de gênero, como se essa clivagem não existisse ou não fosse importante para a indústria. No entanto, a CONATIG já aponta sua preocupação com essa questão. Em 2006 a entidade instituiu o Comitê das Mulheres:

Este Comitê terá a incumbência de discutir os problemas de gênero que afetam as trabalhadoras gráficas em todo o Brasil, como também direcionar propostas e reivindicações para serem inseridas nas Convenções Coletivas de Trabalho, além de estarem presentes nas discussões gerais da CONATIG.<sup>10</sup>

Helena Hirata, ao discutir a “nova divisão sexual do trabalho” a partir de alguns estudos sobre trabalhadores gráficos e novas tecnologias, também nos fala da entrada da mulher nesse setor.

Com o surgimento de uma nova categoria de “profissionais”, as digitadoras, a automação significou ao mesmo tempo a decomposição de uma antiga “ocupação”, a do operário do livro. A passagem da composição a quente para a composição a frio permitiu fragmentar algumas funções e, assim, recrutar mulheres para postos que exigem habilidade manual, rapidez e disciplina. Esses postos criados pela introdução da microeletrônica alteraram bruscamente a divisão sexual do trabalho preexistente nesse reduto tradicionalmente masculino e combativo.

As digitadoras, assim como as “datilografas”, conheceram disparidades de salários e de condições de trabalho em comparação a seus colegas homens. A partir da *dissociação* entre digitação e composição, foram desenvolvidas justificativas para manter essas discriminações: por um lado, o argumento segundo o qual os postos femininos “não demandam a iniciativa tipográfica”, por outro, o argumento de que as mulheres faziam “boas cópias”, “cópias simples, de tipo repetitivo, de texto simples”. (HIRATA, 2002, p. 206)

As transformações que envolvem a fragmentação do processo de trabalho e a extinção de algumas etapas é ignorada pelos porta-vozes da indústria gráfica, que se limitam a ressaltar as supostas vantagens do processo. Da mesma forma, são ignorados os aspectos não só da precarização, mas de

enfraquecimento político da categoria, tanto no sentido do plano interno da fábrica, como o controle do processo de trabalho, quanto para o plano externo, onde as mesmas mudanças encontram-se refletidas na perda do poder de organização da categoria, barganha sindical etc.

De mesma forma a Justiça do Trabalho se furta de algumas discussões sobre a fragmentação do processo de trabalho. Em 1970, a Gráfica Editora Jornal do Comércio passa a operar com impressoras offset. O primeiro impacto sentido nas oficinas foi a redução das horas-extras. Os impressores recebiam sete diárias semanais acrescidas de seis diárias e meia, computadas como horas-extras de trabalho. Com a implantação do novo sistema de impressão, os gráficos passam a receber apenas uma diária e meia, além das sete diárias semanais. O conflito é levado à Justiça do Trabalho e os impressores alegam quebra unilateral do contrato de trabalho. As decisões de primeira e segunda instâncias negam o pedido dos impressores pela manutenção das “diárias-extras”.

Ora, a modernização dos métodos de trabalho na Empresa, resultou, decerto, em modificação unilateral do contrato de trabalho; entretanto, a alteração foi lícita porque decorrente do progresso técnico a que não poderia furtar-se a Reclamada.<sup>11</sup>

A introdução de novas tecnologias distancia o operário do domínio de seu ofício e gera a redução de renda e o desemprego na categoria. Contudo, a Justiça do Trabalho, conforme indicado no caso acima, não considerava a possibilidade de as empresas minimizarem os efeitos desse processo e, mais ainda, percebendo o prejuízo dos trabalhadores como um dano menor. Exemplos como o supracitado irão se repetir nas gráficas pelo país, e com maior intensidade onde havia maior concentração da indústria gráfica, como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

#### **4. Considerações Finais**

Embora variando de grau a reestruturação produtiva provocou sérios efeitos para a experiência dos trabalhadores brasileiros. A oferta de mão-de-obra e as novas exigências do mercado reservam vagas para os mais escolarizados e técnicos. A automação de muitos processos retirou da cena da indústria trabalhadores menos qualificados.

No entanto, uma análise mais ampla das cadeias produtivas mostra como a indústria ainda utiliza mão-de-obra pouco qualificada e formas degradantes de trabalho. Esta problematiza a visão, de parte da historiografia, de que a haveria uma evolução das relações de trabalho advindas das novas tecnologias e formas de gestão empresarial. As novas modalidades de contratação, como a terceirização, são um exemplo dessa situação. No espaço produtivo que se desenhou nas últimas décadas, a mulher assume novos postos de trabalho, mas ainda se submete a condições de trabalho inferiores às oferecidas aos homens.

No caso dos gráficos, as mudanças técnicas afetaram a maneira como os trabalhadores gráficos se organizam e se representam, transformando um sindicato historicamente “combativo” em um espaço de pouca representatividade. O atual presidente do STIGRJ, em seu segundo mandato, é um gráfico aposentado, assim como seu antecessor, o que pode nos indicar a falta de renovação na militância sindical da categoria.

As inovações advindas da reestruturação produtiva têm que ser entendidas a partir das especificidades que cada país e dos diferentes ramos produtivos. Em algumas indústrias, como a gráfica, o processo carece de um planejamento e tem uma extensão limitada, diferente de outros setores como parte da cadeia produtiva automobilística.



## Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves (2002). *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- AMERICANO, Renato Pacheco (1971). *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ARAÚJO, Ângela (2005). “os sentidos do trabalho das mulheres no contexto da reestruturação”. (mimeo).
- BAHIA, Juarez (1990). *Jornal, História e Técnica: as Técnicas do Jornalismo*. São Paulo, Ática. V.2.
- BNDES (1997). *Indústria Gráfica*.
- CAMARGO, Mário (2003). *Gráfica: Arte e Indústria no Brasil: 180 Anos de História*. São Paulo, Bandeirantes Gráfica. 2. ed.
- CARDOSO, Adalberto (2000). *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro, FGV.
- DOWBOR, Ladislau (2002). *O que acontece com o trabalho?* São Paulo, SENAC São Paulo.
- DRUCK, Maria da Graça (1999). *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo, Boitempo.
- ESPERANÇA, Clarice Gontarski (2007). *A greve da oficina de chumbo: O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior.(Porto Alegre, 1983-1984)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História. (Dissertação de Mestrado).
- GUIMARÃES, Nadya A (2004). *Caminhos cruzados, Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, Editora 34.
- HIRATA, Helena (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar para a empresa e a sociedade*. São Paulo, ed. Boitempo Editorial.
- LEITE, Márcia de Paula (2003). *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (2003). *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Ed. SENAC.
- PADILHA, Marcos Lopes (1998). “A indústria Gráfica”. *Panorama Setorial*. São Paulo, Gazeta Mercantil. v.I.
- POCHMANN, Márcio (2004). *Reestruturação produtiva, Perspectivas de desenvolvimento local e inclusão social*. São Paulo, Vozes.

RODRIGUES, Iram Jácome (1999). *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. São Paulo, Editora Vozes.

VITORINO, José Artur Renda (2000). *Máquinas e Operários: Mudança Técnica e Sindicalismo Gráfico*. (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858 - 1912). São Paulo, Annablume e FAPESP.

---

<sup>1</sup> No Brasil, o processo de mudanças identificado na indústria a partir do final dos anos 70 ficou conhecido como reestruturação produtiva. Hoje este termo parece inadequado devido à extensão das mudanças tecnológicas e gerenciais para os mais distintos setores da economia incluindo vários segmentos do setor de serviços - com destaque para os bancos e o setor de telefonia -, inclusive do serviço público, do comércio e do setor agro-pecuário. (ARAÚJO, 2004, p.2). Acompanhamos neste artigo a opção da autora que apesar da ressalva utiliza o termo “reestruturação produtiva”.

<sup>2</sup>VITORINO (2000). Em seu estudo sobre os gráficos de São Paulo e Rio de Janeiro, Vitorino problematiza essa atribuição aos gráficos de uma maior “consciência” de classe e superioridade intelectual.

<sup>3</sup> Nos anos 1970, a perspectiva sobre a categoria, segundo Renato Americano, era a seguinte: “não obstante seu desencanto e revolta permanentes, sua situação mais que nunca parece irreversível, devido à automação permanente de todas as atividades. O *manual*, a cada dia que passa, perde lugar para a máquina”. AMERICANO (1971, p.8.)

<sup>4</sup> Os processos de composição mecânica conhecidos como composição a quente utilizam como matriz peças em alto relevo fundidas em liga de chumbo, antimônio e estanho. Já na fotocomposição, processo a frio, os caracteres são projetados e expostos sobre um material fotossensível (filme), resultando em letras e formas bem definidas. PADILHA (1998).

<sup>5</sup> Apesar das inovações tecnológicas da indústria gráfica no Brasil, seu o índice de atualização em 1987 era de 35%. Idem.

<sup>6</sup> <http://www.conatig.org.br/2011/news.php>. Acessado em 20/04/2007.

<sup>7</sup> CONATIG. “Salve 7 de fevereiro – 1923 a 2006”. *Boletim da CONATIG*. São Paulo, 2007. p.1.

<sup>8</sup> ABIGRAF.” Evolução da Força de Trabalho na Indústria Brasileira”. *Indústria Gráfica no Brasil*. São Paulo, 2008. p.3.

<sup>9</sup> ABIGRAF.” Evolução da Força de Trabalho na Indústria Brasileira”. *Indústria Gráfica no Brasil*. São Paulo, 2008. p.5. [Ibidem, p. 5]

<sup>10</sup> CONATIG. “CONATIG constitui seu comitê de mulheres”. *Boletim da CONATIG*. São Paulo, 2006. p.1.

<sup>11</sup> Acórdão nº. 1003 de 1972.